

-----**ACTA**-----

-----**da reunião ordinária de 3 de Abril de 2006**-----

-----Aos três dias do mês de Abril de dois mil e seis, nesta cidade de Almeirim e no Auditório da Biblioteca Municipal de Almeirim, sita à Avenida Vinte Cinco de Abril, encontrando-se presente a Chefe de Repartição, Graciete Maria do Pereiro Romão, compareceram para a reunião de hoje, os membros da Câmara deste Concelho, Excelentíssimos Senhores:-----

-----Presidente da Câmara, José Joaquim Gameiro de Sousa Gomes, Vice-Presidente Francisco Manuel Maurício do Rosário e Vereadores Maria Manuela dos Santos Ferreira Cunha, Pedro Miguel César Ribeiro, Maria Joana Vidinha Batista e Morais Silvestre, Pedro Miguel Sirgado Pisco dos Santos e José Carlos Silva.-----

-----Sendo dezasseis horas assumiu a presidência o Senhor Presidente da Câmara, após a que os restantes autarcas tomaram os seus lugares, tendo aquele declarado aberta a reunião.-----

-----ACTAS - A Câmara deliberou, por unanimidade aprovar a acta da reunião de seis de Março passado, à qual a Sr^a Vereadora Manuela Cunha introduziu alterações.-----

-----Foi apreciada a acta da reunião de vinte de Março, que mereceu correcções.-----

-----**PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA**-----

-----No Período Antes da Ordem do Dia usou da palavra a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que disse:-----

-----Que a Câmara deve sugerir à GNR que encontre uma solução para evitar os dejectos dos cavalos nas ruas.-----

-----Gostava de saber se é por falta de meios que a dupla passadeira da Rua Bernardo Gonçalves ainda lá continua, pois, sabendo que o Vereador responsável não se esquece, quer saber a causa da demora.-----

-----Deixar à Sr^a Vereadora Joana Silvestre a incumbência de ver junto do funcionário responsável se é colocada a campanha na pré-primária de Foros de Benfica e aproveitar para colocar os

extintores.-----

-----Perguntou ainda como está a situação de Paço dos Negros e como pensam avançar com as escavações.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que foi dada indicação ao consultor jurídico para redigir ofício de notificação e está a ser preparado o Caderno de Encargos com vista ao procedimento de concurso junto de empresas credenciadas indicadas pelo IPPAR.---

-----A Sr^a Vereadora perguntou se o Caderno de Encargos virá a reunião de Câmara e o Sr. Presidente disse que sim.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos disse que ontem, na Feira Mensal, a GNR e a IGAC fizeram uma acção conjunta de apreensão de material fonográfico e visual contrafeito, do qual se vê uma actividade crescente e perguntou se a Câmara Municipal de Almeirim tem referenciados todos os vendedores ambulantes e para quando e em que fase estão as novas instalações para a Feira Mensal.-----

-----Referiu que, nos termos da Lei número cinquenta e oito de noventa e oito, o executivo deveria aprovar até trinta e um de Março as contas da ALDESP e perguntou se ainda não foram apresentados o Relatório e Contas.-----

----- Disse que na reunião pública de Março foi dito que até ao final do mês iria estar feita a selecção do novo Veterinário Municipal e perguntou se já está feita. Lembrou que, por força da entrada em vigor da nova lei da aposentação, são introduzidas reduções das remunerações em cumulação com pensões de aposentação.-----

-----Perguntou se está a ser cumprida a norma que impõe que as despesas com Pessoal não possam ser superiores às do ano transacto.-----

-----E perguntou ainda se é feita a comunicação à DGAL sobre o movimento financeiro da autarquia e dos empréstimos das empresas municipais.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que, em relação à ALDESP, não foi apresentada a informação semestral e o Relatório e Contas. Relativamente ao atraso foi dada tolerância, devido à mudança de Vereador responsável, porém já está em falta.-----

-----Disse ainda a mesma Vereadora que falta uma placa toponímica no Largo dos Combatentes da Grande Guerra, em Almeirim.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva respondeu que os vendedores ambulantes estão referenciados pela GNR, e a situação descrita reporta-se a novos vendedores não autorizados.-----

-----O recinto da nova Feira Mensal já está a ser objecto de obras e está em curso o ordenamento de todos os feirantes a instalar, que são os que apresentam cumpridas as suas obrigações perante a autarquia.-----

-----O Sr. Vice-Presidente respondeu que a empresa de contabilidade demorou mais a apresentar o Relatório e Contas por demora no parecer do Fiscal Único, embora fosse aprovado no prazo legal e oportunamente será apresentado ao executivo.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro respondeu que o Júri do concurso para Veterinário deliberou oportunamente, após o que se verificou uma reclamação e contra-reclamação, voltou a reunião do Júri, a acta final já foi assinada e o processo está em trânsito para o Sr. Presidente.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que esta informação é exactamente a mesma que foi dada há um mês atrás.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro leu a informação que deu, constante da acta de seis de Março e concluiu que foi escrupolosamente cumprido o que havia informado. E disse que agradece que a Sr^a Vereadora não lhe atribua palavras que não disse.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que, em termos das regras de cumprimento do Orçamento de Estado, as informações são prestadas atempadamente aos serviços competentes e, no tocante à acumulação de pensões, apenas temos uma pessoa nessas condições.-----

-----**ORDEM DO DIA**-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----ALTERAÇÃO AO REGULAMENTO MUNICIPAL DA URBANIZAÇÃO E

EDIFICAÇÃO DE ALMEIRIM - O Sr. Presidente justificou a presente alteração com a grande diferença de valores entre a compensação pela não cedência de terrenos em processos de loteamento, cujo cálculo é previsto no Artigo oitenta, e o seu custo real, a fim de aproximar aqueles valores dos preços reais que operam no Concelho. Para além desse artigo é alterada a redacção do número sete do Artigo quarto e o número sete do Artigo dezoito.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou se até aqui era ou não permitida a chapa metálica a que se refere o Artigo dezoito, ao que o Sr. Arq^o Forte, presente na reunião, respondeu que a chapa era já permitida, desde que não visível da via pública. A novidade é a característica do tratamento acústico, porque os vizinhos podem reclamar do ruído. A mesma autarca colocou questões relativas à delimitação dos centros cívicos e sua ordem, zonas de expansão, áreas diferenciadas dos aglomerados urbanos e aos valores de referência da Portaria anualmente publicada, que o técnico respondeu.-----

-----O Arq^o explicou o valor de K na fórmula do cálculo da compensação e a Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que era interessante vir a reunião uma simulação de cenários com a diferenciação de K. Acrescentou que a compensação a cobrar tem a ver com os espaços que se pretendam garantir para a coisa pública. Caso os terrenos não sejam mesmo necessários, então que haja uma compensação, porém, com o preço até aqui em vigor, compensava o construtor pagar e não ceder ao domínio público. Não deve ser somada esta compensação a outros encargos e o desinteresse da autarquia no terreno deve ser fundamentado pelo interesse da comunidade.-----

-----O Sr. Presidente disse que concorda na generalidade com o que foi dito, mas a Câmara não pode abdicar da cedência com prejuízo do espaço público. Em pequenos loteamentos, em que as parcelas a ceder são diminutas e perdidas no interior do loteamento, não será aconselhável aceitar o terreno, que representa um encargo permanente em conservação, aceitando-se, por isso, a compensação.-----

-----Analisado o valor do factor K para um ou um e meio,

aplicável aos centros cívicos e decrescente segundo o grau de importância da zona, o Sr. Vice-Presidente lembrou que a fixação de um valor elevado pode tornar-se dissuasor da edificação no Concelho.-----

-----O Sr. Arqº Forte lembrou que a Câmara pode a todo o tempo introduzir correcções no cálculo e a presente alteração pode configurar uma análise ao comportamento dos interessados.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos sugeriu que, no futuro, a nota justificativa a enviar ao executivo deverá comportar mais informação, nomeadamente das razões que aconselham a alteração.-----

-----Submetida a votação a proposta de alteração ao Regulamento em título, foi a mesma aprovada por unanimidade.-----

-----1 - OBRAS PARTICULARES-----

-----PROJECTOS DE ARQUITECTURA - O Sr. Presidente deu conhecimento dos despachos de deferimento proferidos em projectos de arquitectura respeitantes aos processos de obras a seguir indicados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Natália de Jesus Fidalgo Estevam, trezentos e catorze A de dois mil e três; Maria Celeste Faria Vila Verde, noventa A de dois mil e cinco; Pedro António Viana Teotónio Pereira, três; Rosete Guia Alcobia Roque, sessenta; José Manuel Batista Vital, sessenta e um; Ana Serôdio Tomé, setenta e quatro; Lidónio & Caniço, Lda, setenta e seis; José David Ventura Gouveia, setenta e oito, todos de dois mil e seis; António Antunes Borga, trezentos e cinquenta e quatro A de dois mil e um; Maria Emília Barradas Glória Russo, cinquenta e dois de dois mil e quatro; Jorge Miguel Tomé Rodrigues da Cruz, quarenta e um; Fábio António Maia Lucas, quarenta e cinco; Batista & Gil, Lda, quarenta e oito; Paulo Nuno Marques Lopes, cinquenta e José Manuel Figueiredo Nunes dos Santos, cinquenta e seis, todos de dois mil e seis.-----

-----PROJECTOS GLOBAIS - O Sr. Presidente deu conhecimento dos

despachos de deferimento proferidos em projectos globais referentes aos processos de obras abaixo mencionados, ao abrigo da delegação de competências:-----

-----Luís Filipe Ramos Manso, cento e trinta e sete A de dois mil e quatro; Jorge Manuel Prata Oliveira, dez; Joaquim Ferreira Alfaiate, trinta; Jorge Miguel Tomé Rodrigues da Cruz, quarenta e um; José Manuel Batista Vital, sessenta e um; D.J.M.- Construções Cíveis e Obras Públicas, Lda, sessenta e três; e Peraltejo - Sociedade de Construções Cíveis e Obras Públicas, Lda, setenta e cinco, todos de dois mil e seis; Getúlio de Abrantes Masgallos, quarenta e quatro A de dois mil e dois; José Luís Augusto da Costa Rodrigues, trinta e nove de dois mil e três; Susana Isabel Proa Pinto da Carmo Cadavez, cento e vinte e oito A e João Ribeiro Diogo Tomé, trezentos e dois, ambos de dois mil e quatro; Carlos Manuel Lopes Garcia, seis; Paulo Alexandre Pereira Santos Florêncio, oitenta e quatro; João Paulo Gonçalves dos Santos, cento e trinta e nove; José João Bento Galego, duzentos e oitenta; António Augusto Silva Faustino, duzentos e oitenta e cinco; M.F.S. Compra, Venda e Exploração de Imóveis, Lda, duzentos e noventa e cinco; António José Nunes Branco, duzentos e noventa e sete; Carlos Daniel Azóia Carolino, trezentos e oito; Maria Nazaré Fidalgo dos Santos, trezentos e treze; e Mário da Conceição Moreira, trezentos e vinte, todos de dois mil e cinco; Nicolau Branco, um; José António Gomes Pardal, dezanove; Maria Pereira Alves, trinta e oito; Tomaz & Cristina - Sociedade de Construção Civil, Lda, trinta e nove e quarenta; José Casimiro Apolinário Leonor, quarenta e sete; e Justino Manuel Raposo Batista, trinta e um, todos de dois mil e seis.---

-----2 - PESSOAL-----
-----TOLERÂNCIA DE PONTO - Sob proposta do Sr. Presidente, a Câmara deliberou conceder tolerância de ponto ao pessoal na manhã de quinta-feira santa, dia treze de Abril, sem prejuízo da manutenção dos serviços essenciais, atendendo a que o Governo já concedeu a tarde do mesmo dia.-----

-----3 - REQUERIMENTOS DIVERSOS-----

-----DIREITO DE SUPERFÍCIE - A Câmara deliberou ratificar os despachos do Sr. Presidente que determinaram a emissão de certidões comprovativas de que o Município não pretende usar o direito de preferência na venda do direito de superfície respeitante às seguintes fracções autónomas:-----

-----De Adalberto da Costa Pires Lopes, relativamente ao terceiro andar, esquerdo do bloco dezasseis da Praceta do Santíssimo; e de Fedra Isabel Fróis Figueiredo Rato, relativamente à fracção F do Artigo de matriz 4865, ambos de Almeirim.-----

-----HIPOTECA - Presente o requerimento de Lucinda Vareta Carvalho Batista, na qualidade de cabeça de casal e única herdeira de Armando Florêncio Carvalho, solicitando certidão com destino ao termo de cancelamento da hipoteca sobre o seu prédio sito na Rua do Casalinho, número cinco, na Raposa, em virtude de se encontrar pago o empréstimo que lhe deu origem.-----

-----A Câmara deliberou autorizar o cancelamento da hipoteca.---

-----ZONA DE SERVIÇOS DE PAÇO DOS NEGROS - Foi presente o requerimento de Carpinpaços - Carpintarias, Ld^a, solicitando a compra dos lotes números trinta e trinta e um da Zona de Serviços de Paço dos Negros.-----

-----A Câmara deliberou, por maioria, vender os lotes, com a área de quatrocentos e cinquenta e cinco metros quadrados cada, ao preço regulamentar de dez euros por metro quadrado. Absteve-se a Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que declarou: Não tenho qualquer coisa contra a venda, mas voto contra pela mesma razão de sempre - devia vir na Ordem de Trabalhos, com informação escrita para a reunião de Câmara.-----

-----5 - DELIBERAÇÕES DIVERSAS-----

-----ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS - A Câmara tomou conhecimento da circular da ANMP, que acompanha cópia da sua proposta apresentada ao Senhor Secretário de Estado do Ambiente, sobre a seca em Portugal.-----

-----HABITAÇÃO SOCIAL - Foi presente a informação da DHU comunicando, relativamente à dívida de Judite de Fátima Armando, moradora no terceiro andar esquerdo do número oitenta e quatro da Rua dos Aliados, em Almeirim, no valor de mais de quinhentos e setenta euros, que o IGAPHE não accionou a arrendatária e o arrendamento resolúvel termina em Agosto deste ano, pelo que, após o pagamento normal, poderá a inquilina proceder mensalmente ao pagamento de uma renda em atraso, até completo pagamento, com o benefício de não perder o arrendamento resolúvel.-----

-----O executivo concordou.-----

-----TRANSFERÊNCIAS - A pedido das respectivas entidades, a Câmara deliberou atribuir as seguintes transferências: a Ciclo Ases, Grupo de Cicloturismo de Fazendas de Almeirim, para uma prova a realizar a vinte e cinco de Abril, seiscentos euros; e ao Rancho Folclórico de Benfica do Ribatejo, para deslocações a Inglaterra e a Hungria, mil setecentos e cinquenta euros.-----

-----A Câmara tomou conhecimento da carta da Associação de Estudantes da Escola Superior de Enfermagem de Santarém, solicitando apoio monetário com destino à Semana Académica.-----

-----VIRTUALIZAÇÃO DE RECEITAS - Foi presente a informação da Secção de Taxas e Licenças comunicando que não foram pagas em tempo oportuno as taxas de publicidade e ocupação da via pública, no total de cinco mil e sessenta e seis euros e oitenta e sete cêntimos.-----

-----Presente ainda outra informação do Serviço de Águas comunicando que Manuel Alexandre Fresco não pagou regularmente três prestações pelo fornecimento de água, de valor unitário de quarenta e cinco euros e doze cêntimos.-----

-----A Câmara deliberou mandar proceder à virtualização das

receitas.-----

-----ESCOLAS - Presente o fax do Agrupamento de Escolas de Fazendas de Almeirim solicitando apoio financeiro para aquisição de materiais destinados à turma de dez alunos de currículo alternativo.-----

-----A Câmara deliberou atribuir, a título excepcional a transferência de oitocentos euros.-----

-----PROJECTO DE REGULAMENTO PARA A CONCESSÃO DE BOLSAS DE ESTUDO - O Sr. Presidente submeteu a apreciação o Projecto de Regulamento para a Concessão de Bolsas de Estudo, previamente distribuído a todos os autarcas, com a redacção proposta pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos, que introduziu alterações ao texto do preâmbulo e do Capítulo terceiro.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha levantou a hipótese de haver oscilação negativa dos rendimentos do candidato relativamente ao ano de apresentação do IRS, a que se refere a alínea c) do número um do Artigo quarto; considerou que devia ser especificada que a renda da habitação a que se refere a alínea d) do mesmo preceito é a da habitação estudantil; referiu que o Artigo quinto exclui todos os alunos que não tenham nacionalidade portuguesa; e solicitou seja acrescentado no Artigo nono a afixação das listas também nas Juntas de Freguesia e o prazo de reclamação se refere a dias úteis.-----

-----A Sr^a Vereadora Joana Silvestre respondeu, quanto à primeira observação, que a ressalva de diminuição de rendimentos pode ser feita ao abrigo da alínea i) e do número dois do mesmo Artigo quarto e foram aceites as alterações à última norma.-----

-----Submetido a votação, foi o Projecto de Regulamento em título aprovado por unanimidade e vai ser submetido a apreciação pública.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que «aprovo na generalidade o documento em causa, com as alterações introduzidas pelo Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos e eu própria, no entanto voto contra a alínea a) do Artigo quinto,

não só por duvidar da sua legalidade como ainda por considerar que qualquer cidadão que viva em Almeirim há alguns anos e faça parte desta comunidade não deve ser excluído da possibilidade de acesso ao ensino superior por esta autarquia, desde que se enquadre nas demais situações previstas neste Regulamento».

-----O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos declarou: «Voto a favor deste Projecto de Regulamento dado se mostrar necessário definir critérios objectivos e coerentes aos auxílios financeiros a atribuir pela Câmara Municipal de Almeirim. Para além disso, a estipulação em Regulamento também vem dar cobertura às políticas sociais que devem estar a cargo, no âmbito das suas atribuições e competências, da Câmara Municipal. Relativamente à alínea c) do número um do Artigo quarto, voto a favor da manutenção daquele requisito, apenas e só dado a Constituição da República Portuguesa efectuar uma comparação entre cidadãos nacionais e outros de países estrangeiros que se podem considerar equiparados e no âmbito do quadro jurídico em que se inserem, no presente momento, os direitos políticos de cidadania, pelo que admito, após um futuro avanço da Constituição Europeia, rever este requisito».

-----LOTEAMENTO DA ZONA DE ACTIVIDADES ECONÓMICAS - o Sr. Presidente apresentou o projecto de alteração ao loteamento da Zona de Actividades Económicas, consubstanciada na unificação dos lotes números sessenta e um, sessenta e dois e sessenta e três, com destino à implementação de um supermercado e à ampliação da área do lote número cento e oito, dos actuais dois mil oitocentos e oitenta e um metros quadrados para três mil seiscentos e cinquenta e sete metros quadrados, por acréscimo de setecentos e setenta e seis metros quadrados, retirados à zona verde.

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que a informação distribuída ao executivo não diz a que fim se destina a aglutinação de lotes, ao que o Sr. Presidente respondeu que a alteração ao loteamento não tem de ser justificada pelo fim a dar aos imóveis e transmitiu aqui o que lhe foi dado a

conhecer.-----

-----A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a alteração ao loteamento da Zona de Actividades Económicas, como ficou expressa.-----

-----HIGIENE E SEGURANÇA NO TRABALHO NAS INSTALAÇÕES DA CÂMARA -

O Sr. Presidente deu a palavra à Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que tinha pedido o agendamento deste tema.-----

-----A Sr^a Vereadora disse querer que o executivo seja esclarecido sobre as medidas a tomar no sentido de garantir a higiene e segurança no trabalho, em geral e, muito concretamente, nos locais em que não está em prática qualquer determinação nesse sentido. Não conhecia a carpintaria municipal, e quando fez uma visita na campanha eleitoral viu o mau estado das instalações. Devia haver um esforço para criar condições de higiene e segurança aos trabalhadores e considerou também que as instalações da Zona Industrial não são um bom exemplo para o tecido empresarial desta zona.-----

-----O Sr. Presidente respondeu que a higiene e segurança no trabalho das Câmaras Municipais associadas na CULT vai ser implementada por uma empresa a quem foi adjudicada essa prestação de serviços. Dentro da Câmara, foi feita uma acção de formação por técnicos do IDICT a todos os encarregados e demais pessoal, no mandato passado e foi adquirido o Equipamento de Primeira Intervenção. Neste momento está a proceder-se à arrumação das instalações da Zona Industrial, pintura e arranjos com vista a garantir a sua funcionalidade nos termos da segurança exigida. A secção de carpintaria e os serviços instalados no matadouro velho vão ser transferidos para a Zona Industrial, a breve trecho.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha perguntou para quando se prevê a passagem da carpintaria para a Zona Industrial e que medidas se tomam até lá nas actuais instalações do Bairro de S. João Baptista.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro disse que no mandato passado se compraram EPIs para todos os funcionários, com ordens

expressas de uso, e, embora o executivo estivesse sensibilizado que alguns trabalhadores teriam maior relutância em usá-los, manteve-se uma acção persuasiva. Recentemente, nas obras do Modelo, os trabalhadores da empresa estavam completamente equipados e os nossos tiravam o equipamento para trabalhar. Perante isto, só se conseguem resultados mediante imposição.-----

-----O Sr. Vice-Presidente disse que no dia dez de Fevereiro teve uma reunião na CULT na qual lhe foram transmitidas as conclusões do concurso efectuado para o efeito e cujos trabalhos decorrerão no prazo de dois anos. Esta Câmara indicou dois funcionários para fazerem o acompanhamento e, no decurso da implementação do programa, a autarquia receberá propostas das medidas a tomar, com vista a garantir a higiene e segurança no trabalho em todos os serviços.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que em relação à carpintaria e às instalações do matadouro velho, na Rua Bernardo Gonçalves, não é preciso nenhum parecer para melhorar as condições. A tomada de medidas para o conforto dos trabalhadores implica rever as condições que são postas à disposição do pessoal. As instalações estão fora da lei e deve-se começar a prever no próximo Orçamento as medidas elementares a impor.-----

-----O Sr. Presidente concordou que as nossas instalações precisam de alguma melhoria, mas não serão tão más como se está a fazer crer, porque não se verificam acidentes de trabalho por força das instalações, os quais são inversamente proporcionais às condições que se oferecem aos trabalhadores.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro acrescentou que, por vezes, alguns acidentes que se verificam são originados pela falta de utilização de meios ao dispor dos trabalhadores.-----

-----PLANO MUNICIPAL DE CONTINGÊNCIA DA GRIPE AVIÁRIA - OP Sr. Presidente deu a palavra à Sr^a Vereadora Manuela Cunha, que solicitou o agendamento deste ponto da Ordem de Trabalhos.-----

-----A autarca pediu esclarecimento das medidas que estão a ser levadas a efeito para prevenir riscos de contágio no âmbito da gripe das aves, aduzindo que a autarquia deve aproximar-se dos

cidadãos para fornecer a ajuda possível, nomeadamente quanto ao cadastro dos animais de capoeira e, embora a saúde pública não decorra da responsabilidade da Câmara, a protecção civil tem uma quota parte de intervenção em caso de pandemia. É quase certo que vamos ser afectados e por isso há que precaver riscos. Há uma zona de risco no rio Tejo e de risco máximo na Raposa, que está pejada de gaivotas por causa do Aterro Sanitário. Pergunta, pois, o que a Câmara pretende fazer no âmbito da medicina veterinária e de coordenação com o Centro de Saúde.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva disse que havia pedido ao Veterinário, Dr. Oriol Pena, para estar presente na reunião, o que se mostrou impossível por estar ausente de Almeirim. Apesar de ser este médico veterinário quem está a desenvolver no terreno todas as medidas, por enquanto de prevenção, impostas pelas autoridades e da responsabilidade do município, e de que ele saberá melhor discorrer, por iniciativa própria ligou para o PDOS que o informou não existir nenhum município no país que tenha o Plano Municipal de Contingência em causa e estarem todos na mesma situação que nós. Já anteriormente reuniu com o Veterinário sobre o assunto e, por enquanto, a situação não requer cuidados excepcionais; quanto às gaivotas do Aterro, a solução passa pelo controle com falcões.-----

-----O Sr. Vereador Pedro Ribeiro salientou que a Direcção-Geral de Saúde tem tido um comportamento exemplar nas medidas de colaboração com os veterinários e a Câmara não deve antecipar-se para além da prevenção aconselhada pelas autoridades competentes, sob pena de criar alarmismo na população, que se pode considerar cabalmente informada. Foi feita uma reunião no Governo Civil, destinada à articulação entre os vários intervenientes com equipamento próprio ou Associações de Bombeiros, com base na inter-ajuda concelhia e com um programa bem delineado. Na área da saúde, a actuação é coordenada pela Direcção-Geral de Saúde, visando a articulação entre os Centros de Saúde e os Hospitais, na qual as Câmaras não têm intervenção. A área de intervenção das autarquias é outra, nomeadamente o cadastro dos animais de capoeira e a intervenção junto de

produtores que criem aves ao ar livre.-----

-----A Sr^a Vereadora Manuela Cunha disse que quer saber se o veterinário o está a fazer.-----

-----O Sr. Presidente disse que tem dúvidas, conhecendo a competência e o sentido de responsabilidade do Dr. Oriol Pena, que algum pormenor legal ou de saúde veterinária tenha deixado de ser cumprido. De qualquer forma, vai fazer chegar a preocupação da Sr^a Vereadora ao Sr. Veterinário, que lhe dará o devido andamento.-----

-----CÓDIGO DE POSTURAS - O Sr. Vereador Pedro Pisco dos Santos referiu que analisou vários Regulamentos e Posturas camarárias, que se encontram manifestamente desactualizados, nomeadamente em relação ao ambiente, resíduos sólidos e estatuto das autarquias e solicitou que o consultor jurídico se pronunciasse no sentido de informar se faz sentido existir um Código de Posturas para, em caso afirmativo, ser desenvolvido um grupo de trabalho no prazo de sessenta dias, com vista à actualização desse Código.--

-----O executivo concordou.-----

-----PERÍODO DO PÚBLICO - No período do público usou da palavra o Sr. Manuel Lucas, que chamou a atenção para que o parque infantil nas traseiras da Rua Dr. Ernestino da Conceição Rodrigues, em Almeirim tem a porta arrancada e no campo de jogos anexo foi cortada a rede de protecção; os arbustos das pérgolas do Jardim da Biblioteca estão a secar; sugeriu que a Travessa das Ribeiras tivesse só um sentido de trânsito; e solicitou intervenção nas traseiras da Urbanização da Villa das Taipas, num local anteriormente vocacionado a passagem pedonal, que se encontra abandonado e com falta de limpeza.-----

-----O Sr. Vereador José Carlos Silva disse que, por indicação do município, já se tinha deslocado aos locais e determinado aos serviços as medidas que se impõem.-----

-----Às dezoito horas e quarenta e seis minutos foi encerrada a reunião.-----

-----E eu, _____, Chefe de Repartição desta Autarquia, elaborei a presente acta, que lavrei e subscrevi a qual vou assinar com o Senhor Presidente.-----

O Presidente da Câmara

A Chefe de Repartição